

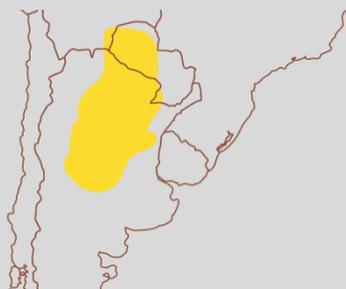
CADERNO DE CASOS

GRANDE CHACO AMERICANO



**2****PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO CONSELHO DE
DIREITOS HUMANOS COMO MECANISMO DE
INCIDÊNCIA DE MULHERES RURAIS (CEDAW-DESC)**

REGIÃO DAKI-SV:

Grande Chaco Argentino

CATEGORIA PRINCIPAL:

Inovação e Organização Social

GRUPOS IDENTITÁRIOS:

**Mulheres;
Comunidades Tradicionais e
Povos Originários****1. DADOS GERAIS****1.1 RESUMO**

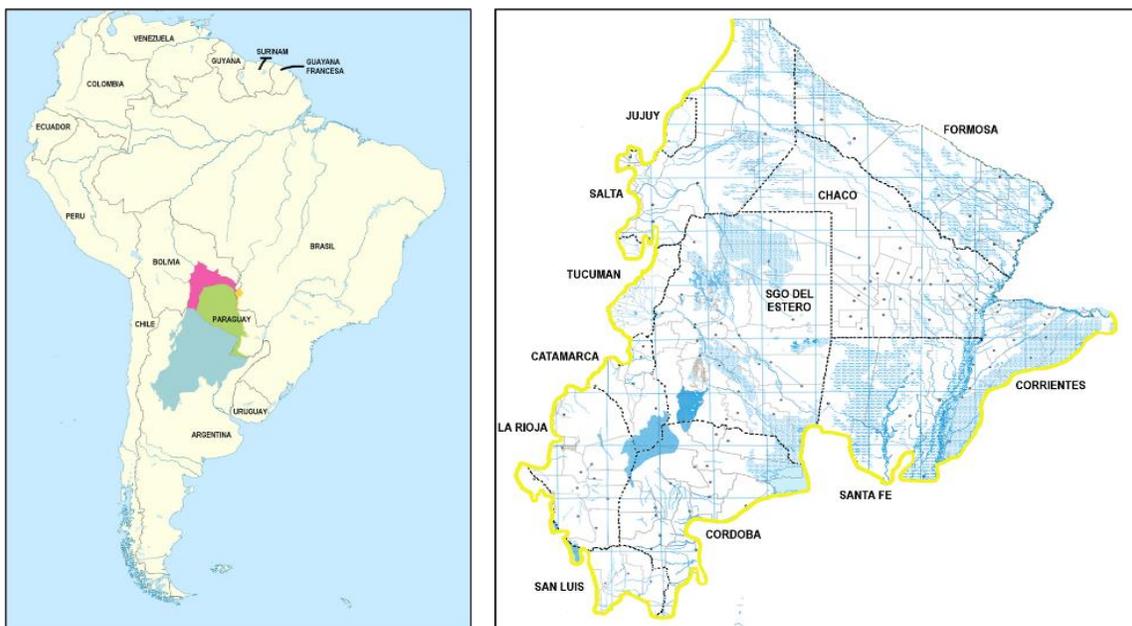
O impulso da agroecologia e a agricultura resiliente ao clima exigem inovações sociais que permitam incidir na política para modificar e melhorar as condições de vida digna e de produção nos territórios semiáridos. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) são mecanismos internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Cada mecanismo tem um comitê que supervisiona o cumprimento e as aplicações do pacto e da convenção por parte dos Estados. Os Estados devem apresentar relatórios e dar conta das medidas legislativas, judiciais, administrativas ou de outro tipo aplicadas para o efetivo cumprimento dos direitos nos seus territórios.

Para comprovar a veracidade destes relatórios nacionais, as Nações Unidas recebem “relatórios sombra” ou “relatórios alternativos” das organizações da sociedade civil para contar com elementos adicionais aos relatórios produzidos desde os Estados. Neste contexto, desde 2016, com o objetivo de visibilizar a situação de violação de direitos das mulheres rurais da região do Chaco Argentino, a Fundação Plurales e diferentes organizações técnicas e territoriais elaboraram coletivamente vários relatórios (CEDAW 2016, EPU 2017 e DESC 2018).

O acesso a estes mecanismos permite às mulheres rurais incidir na política, em instâncias internacionais, para ampliar os espaços de reivindicação e defesa dos seus direitos. Além disso, permite contar com documentos que são instrumentos de negociação nos níveis nacional e local. A metodologia, a perspectiva das mulheres rurais do Chaco e a articulação com o espaço internacional constituem uma inovação social para continuar pensando e fortalecendo o semiárido do Chaco.

1.2 LOCALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A iniciativa foi realizada no Grande Chaco Argentino, uma região composta pelas províncias de Chaco, Formosa e Santiago del Estero, e por partes das províncias de Salta, Jujuy, Tucumán, La Rioja, Catamarca, San Juan, Pan Luis, Córdoba, Santa Fe e Corrientes.



Mapas 1 e 2 - Fonte: Elaboração própria a partir de uso e modificação de mapas de licença aberta do Instituto Nacional de Geografía da República Argentina, CC BY-SA 4.0; de NordNordWest, CC BY-SA 3.0; y de Uwe Dederling, CC BY-SA 3.0.

Nota: o primeiro mapa mostra a região do Chaco e, destacado em azul, está o Chaco argentino. No segundo mapa, aparece ampliada a região do Chaco argentino onde é desenvolvida a iniciativa.

1.3 ATORES PRINCIPAIS

A instituição que coordenou e organizou a elaboração dos relatórios foi a Fundação Plurales, com a participação de diferentes organizações técnicas e territoriais que trabalham na região do Grande Chaco Argentino.

A principal articulação ocorreu entre os atores membros da International Land Coalition (ILC) na Argentina: Fundação Plurales, Fundapaz, Redes Chaco e Federação Agrária Argentina. Esses órgãos trabalharam de forma articulada com as organizações de base de mulheres rurais que se envolveram diretamente na experiência. Esta experiência foi financiada pela ILC e, mais tarde, durante a elaboração do Relatório DESC, contou com o apoio financeiro da ONU.

1.4 ORGANIZACIONES PARTICIPANTES

A organização coordenadora é a **Fundação Plurales**.



No Relatório Sombra Argentina **CEDAW 2016** participaram **organizações comunitárias, indígenas¹, camponesas e de base**: mulheres wichis de Lote 8; María Cristina e Santa Teresa; mulheres qom de La Rinconada; mulheres qom de Vaca Perdida; mulheres qom de Ingeniero Juárez; comunidade 20 de Abril; comunidade Wichi Pampa del 20; Equipe de Mulheres do MoCaFor; Mães Cuidadoras da Cultura Qom Pampa del Indio; artesãs qom LASHEPIALPI; mulheres wichi de Lotes 5, 6 e 92; Los Blancos; mulheres wichi de Lote 75; comunidade guarani Estación El Tabacal; comunidade guarani de Río Blanco; Mulheres Raíces; Juntas Triunfaremos; Mulheres Camponesas Organizadas; Grupo de Mulheres Unidas; Mulheres Livres do Norte Cordobés; Grupo Mães de Ituzaingó.

Organizações da sociedade civil: Equipe Nacional de Pastoral Aborígene (ENDEPA); Junta Unida de Missões (JUM-Chaco); Associação Civil pelos direitos dos Povos Indígenas (ADEPI-Formosa); Rede Agroflorestal Chaco Argentina (REDAF); Associação de Advogados e Advogadas em Direito Indígena (AAD1); Associação Tepeyac de Morillo; Associação Tepeyac de Formosa; Coletivo de Mulheres do Grande Chaco Argentino; Mulheres Federadas (FAA).

E, por outro lado, participaram **organizações garantidoras do relatório**: Universidade Católica de Córdoba; Instituto de Direito Ambiental e dos Recursos Naturais da Faculdade de Direito e Ciências Sociais; Universidade Nacional de Santiago del Estero; Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social (INDES); Universidade Católica de Salta; Instituto de Direito Ambiental e da Sustentabilidade (IDEAS); Universidade Nacional de Salta; Mestrado em Direitos Humanos; FLACSO: Programa Regional de Formação em Gênero e Políticas Públicas (PRIGEPP); Fundação para o Desenvolvimento de Políticas Sustentáveis (FUNDEPS); Plataforma Semiáridos da América Latina (ILC LAC); Programa Integrado Trinacional (PIT); Fundo de Mulheres do Sul (FMS); Church World Service (CWS).

No caso do Relatório **DESC 2018**, ele foi realizado sob a coordenação da Fundação Plurales em articulação com Redes Chaco, Federação Agrária e Fundapaz, com o apoio econômico da ILC, e foi incorporado o Sistema das Nações Unidas Argentina por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o escritório regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), com apoio direto na elaboração de oficinas nacionais e provinciais.

As **organizações sociais** convocadas que articularam o relatório na sua análise preliminar e redação foram: comunidade guarani de Santa Clara - Kuñareta Japovae; Conselho Provincial Indígena; comunidade coya - Intiyaco; comunidade Ledesma; comunidade de Agua de Castilla; Mulheres do Grupo Mama Cocha; Santa Ana de Abralaite; Sayante Este; Rio Grande (**Jujuy**); Coordenadora Zonal das Terras da Rota 81; ENDEPA; Associação de Pequenos Produtores do Chaco de Salta; Os do Bermejo; União e Progresso; Defendendo o Nosso; Raíces Nortenhás; Ecos da Minha Terra; Herança Chaquenha; Camponeses Unidos; Zonal dos Brancos; União Camponesa; mulheres do grupo "Athínay Lha Chihelit" da comunidade wichi de Lote 75 (**Salta**); Fundação Associação Ágora; Tecelãs "El Telar"; Colégio de Profissionais Psicólogos da Província de Tucumán (**Tucumán**); Juntas Triunfaremos; Organização de Camponeses de Copo Alberdi e Pellegrini (OCCAP); Unidas por um Futuro Melhor (**Santiago del Estero**); Comunidade indígena: El Espinillo, Miraflores e Missão Nova Pompeya e organizações: Chitsaj, Natetaxanaxaqui e Alpiqomlashepi. Fundação Grande Chaco (**Chaco**); Comunidade indígena: Lote 8; María Cristina e Santa Teresa. Organizações: Hinaj; Cho hot e Chumas. Comunidade indígena: Rinconada, Vaca Perdida, Churcal. Organizações: Wachidiyaga; Onanagael pi. Fundação Grande Chaco (**Formosa**); Mulheres Livres do Norte Cordobés (MULINEC); CODEBONA (La Cumbre); Coletivo de Mulheres do Chaco Americano (grupo de San Marcos Sierras); comunidade Hijos del Sol; produtores e artesãos de San Marcos Sierras; associação La Vía Láctea; comunidade CAMIARE ISGON KILLA; rádio comunitária de San

¹ Wichi e Qom são etnias indígenas do Chaco Argentino.



Esteban; Coletivo de Mulheres do Chaco Americano (**Córdoba**); Comunidade aborígine de Cayasta; movimento camponês “Surcando desde la Memoria”; UOCB; comunidade mocoví “2 de Febrero”; comunidade indígena Cacique Santos Sañudo; Fundação Julio Milano (**Santa Fe**); Mulheres Camponesas Organizadas; Associação de Produtores General Belgrano (**La Rioja**); Coletivo de Mulheres do Chaco Americano; Mulheres Federadas (Federação Agrária Argentina) (**no âmbito nacional**).

1.5 REFERÊNCIA TEMPORAL

O período desta iniciativa é de 2014 até hoje (2021).

1.6 DESAFIO PRINCIPAL

O principal desafio é visibilizar uma realidade de desigualdades não abordada antes nos relatórios periódicos do Estado argentino apresentados à Organização das Nações Unidas, a partir da integração da voz das mulheres rurais da região do Grande Chaco Argentino, mediante uma metodologia coletiva e participativa que permita dar a conhecer os problemas e as lutas que elas enfrentam relacionadas à falta de acesso à terra e à água de qualidade, e à contaminação dos recursos naturais pelo uso de agroquímicos; bem como demonstrar o estreito vínculo existente entre o acesso aos recursos e os direitos das mulheres deste território.

Neste contexto, o desafio é instalar o tema da mulher rural na ONU, para que esta organização exerça pressão sobre o Estado argentino para que cumpra as responsabilidades adquiridas por fazer parte da convenção e do pacto. Tudo isso implica envolver as mulheres rurais nos mecanismos internacionais das Nações Unidas, para que incidam de forma direta na reivindicação dos seus direitos no âmbito global.

1.7 OBJETIVOS Y DIMENSIÓN RESILIENTE

Os objetivos desta iniciativa podem ser pensados em dois níveis: por um lado, a elaboração participativa de relatórios alternativos das Nações Unidas que, a partir da voz das mulheres, exibam as desigualdades e violações de direitos vividas na região do Grande Chaco Argentino e, por outro lado, a construção de uma metodologia participativa de análise de políticas públicas com perspectiva de gênero que permita a elaboração em conjunto destes relatórios. Os relatórios alternativos ou sombra são instrumentos da sociedade civil para visibilizar uma situação que não é levada em conta nos relatórios elaborados pelo Estado argentino. Os diferentes comitês, como CEDAW e DESC, estão formados por especialistas independentes que avaliam os avanços nos compromissos assumidos pelos Estados.

Neste contexto, o objetivo principal da experiência é visibilizar a situação das mulheres rurais da região do Chaco argentino em torno dos seus direitos perante os Comitês CEDAW e DESC, para ajudar a colocar em agenda as problemáticas que não estavam presentes nos relatórios oficiais do Estado argentino e, em consequência, permitir melhorar a qualidade de vida e a resiliência destas mulheres a partir das recomendações elaboradas por estes comitês, mas, em especial, para que as mulheres rurais se apropriem e incidam nos mecanismos internacionais da ONU e, durante o processo, fortaleçam seus conhecimentos sobre os direitos humanos nos territórios.

2. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1 CENÁRIO SÓCIO-POLÍTICO, AMBIENTAL E ECONÔMICO



Historicamente, a região do Grande Chaco Argentino foi relegada das políticas nacionais tanto socioeconômicas quanto ambientais. Além disso, as sucessivas crises econômicas da Argentina afetaram com maior intensidade essa região, cuja população apresenta os maiores níveis de pobreza estrutural. A presença deficiente do Estado em matéria de serviços, saúde, educação, trabalho, comunicação e possibilidades reais de acesso aos recursos naturais afeta as mulheres rurais, especialmente. Elas sofrem discriminação e a violação dos seus direitos. Na região do Chaco, as mulheres fazem parte de uma grande diversidade étnica e identitária, e se autoidentificam como *criollas*², camponesas ou indígenas. Devido a esta heterogeneidade de identidades, elas são chamadas de “mulheres rurais” para unificar este coletivo, mas sem perder de vista as particularidades e especificidades que as definem.

Uma das principais características das zonas rurais da região é a falta de acesso à terra, à água e ao controle dos recursos naturais como meios indispensáveis para a realização dos direitos humanos. Isso afeta de forma mais desfavorável as mulheres. Além disso, mesmo sendo a Argentina um país com uma legislação considerada progressista quanto ao reconhecimento dos direitos humanos, e que assinou todos os pactos internacionais associados aos direitos das mulheres, no Grande Chaco existe um grande abismo entre a legislação e seu cumprimento efetivo (Juarez e Becerra, 2020).

Ao longo da história, na região do Chaco houve uma grande modificação do ambiente, marcada pela expropriação de terras, a reconfiguração dos sistemas tradicionais das comunidades indígenas – caça, coleta e pesca – e as ocupações de *criollos* que buscavam desenvolver a pecuária para ocupar os territórios fronteiriços. Desde o início, este processo teve uma forte resistência ampliada com revoltas camponesas, com uma evidente luta pela propriedade da terra, o território e os recursos naturais. Nas últimas duas décadas, a mudança socioambiental foi mais drástica, e a luta pela terra e o território cresceu. Também aumentaram os empreendimentos empresariais associados a atividades agropecuárias, o que causou desmatamento, e alteração dos cursos d'água e do clima.

Esse cenário levou a uma expansão acelerada da fronteira agrícola, em especial pela produção de soja transgênica e pelo deslocamento da pecuária, devido à pressão da agricultura no centro-núcleo do país. Os desequilíbrios no ecossistema frágil do Chaco também são causados pelo corte seletivo de espécies florestais, a exploração de hidrocarbonetos e os megaprojetos transnacionais. Para as famílias rurais do Grande Chaco, a luta pela terra representa não apenas uma defesa da sua atividade produtiva, mas também de tudo aquilo que dá sentido às suas vidas. O impacto ambiental destes processos pode ser verificado na desertificação dos solos, na perda da biodiversidade, no aumento de secas e inundações, incêndios florestais, entre outros efeitos negativos. A contaminação que estas atividades estão gerando é alarmante e, em caso algum os processos de consulta e consentimento livre, prévio e informado são respeitados. Novas extensões de terra são habilitadas a partir do desmatamento, o que aumenta os conflitos territoriais.

A floresta do Chaco é semiárida e adequada para culturas tradicionais e pecuária que não envolvam uma grande demanda de água, assim, a diminuição das necessidades hídricas dos cultivos transgênicos leva a um aumento da demanda dos territórios para esse tipo de produção. Esta situação não permite que as famílias rurais desenvolvam suas formas de vida tradicionais, o que afeta a continuidade de suas atividades de subsistência e reprodução da vida, e gera condições de pobreza cada vez mais extremas. Neste contexto de enorme desigualdade no acesso aos recursos naturais, que resulta em reivindicações coletivas pelo direito a eles, as

² Os *criollos* são grupos camponeses, não indígenas, de pequenos criadores de gado habitantes da região do Grande Chaco Americano. Nos países de colonização espanhola, o termo *criollo* foi empregado na época para chamar o descendente de espanhol nascido nas colônias da América Latina. Na Argentina, é utilizado para referir-se aos descendentes dos antigos colonizadores que vivem no interior do país.



mulheres se tornaram protagonistas ativas na sua defesa, para tentar impedir o desmatamento e a contaminação por agroquímicos.

As entidades envolvidas nesta experiência buscam fortalecer a organização das mulheres rurais camponesas e indígenas com a geração de redes entre elas e entre as diferentes organizações territoriais e técnicas, por meio da realização de encontros e oficinas para oferecer capacitações sobre os direitos que correspondem a elas para pensar de forma coletiva respostas para as múltiplas problemáticas a que são submetidas. Neste contexto, a experiência de elaboração de Relatórios CEDAW e DESC se enquadra em outros processos de articulação e organização entre as mulheres rurais do Grande Chaco, e proporciona a especificidade de incidência em instâncias internacionais que fortalecem suas demandas e lutas locais e regionais.

2.2 PROCESSO DA EXPERIÊNCIA

Nesta sistematização, os procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos como mecanismo de incidência das mulheres da região do Grande Chaco Argentino são considerados uma inovação social fundamental para os processos de agricultura resiliente ao clima nos semiáridos. Esta iniciativa é promovida especialmente pela Fundação Plurales (Argentina). Os objetivos desta iniciativa podem ser pensados em dois níveis: por um lado, a elaboração participativa de relatórios alternativos das Nações Unidas que, a partir da voz das mulheres, exibam as desigualdades e violações de direitos vividas na região do Grande Chaco Argentino e, por outro lado, a construção de uma metodologia participativa de análise de políticas públicas com perspectiva de gênero que permita a elaboração em conjunto destes relatórios.

Os relatórios alternativos ou sombra são instrumentos da sociedade civil para visibilizar uma situação que não é levada em conta nos relatórios elaborados pelo Estado argentino. Os diferentes comitês, como CEDAW e DESC, estão formados por especialistas independentes que avaliam os avanços nos compromissos assumidos pelos Estados. Neste contexto, o objetivo principal da experiência é visibilizar a situação das mulheres rurais da região do Chaco argentino em torno dos seus direitos perante os Comitês CEDAW e DESC, para ajudar a priorizar as problemáticas que não estavam presentes nos relatórios oficiais do Estado argentino e, em consequência, permitir melhorar a qualidade de vida e a resiliência destas mulheres a partir das recomendações elaboradas para estes comitês, mas, em especial, para que as mulheres rurais se apropriem e incidam nos mecanismos internacionais da ONU, e fortaleçam os processos locais e nacionais de incidência em políticas públicas.

Para fins da sistematização, apresenta-se a linha do tempo desta iniciativa e os marcos mais significativos da experiência:

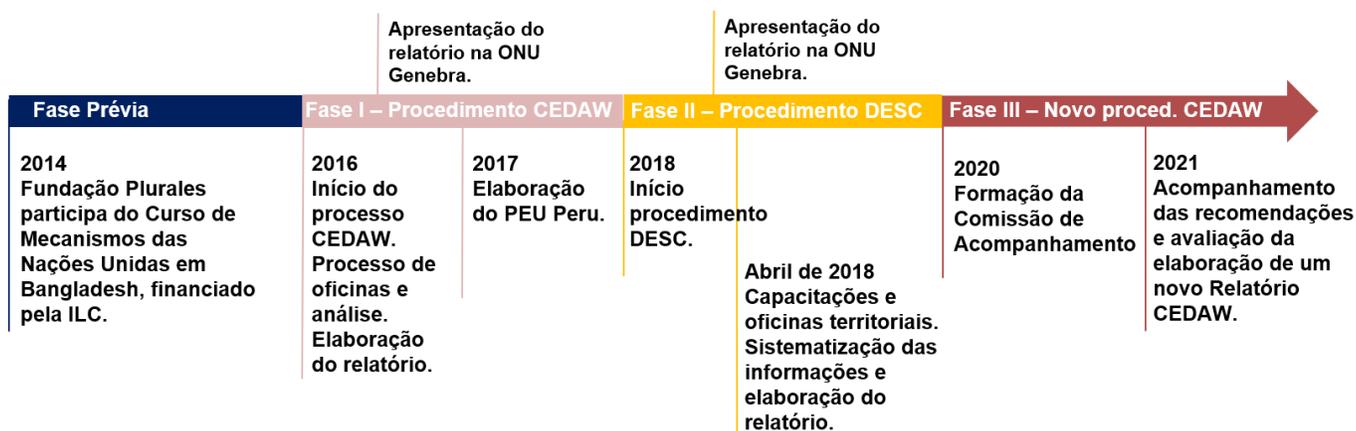


Gráfico 1 – Linha do Tempo. Fonte: Elaboração própria a partir de entrevistas (2021).



Fase prévia [2014 a 2016]

Em 2014, integrantes da Fundação Plurales participaram de uma capacitação em Bangladesh, financiada pela International Land Coalition (ILC), com o objetivo de se formar sobre os mecanismos das Nações Unidas. A partir disso, a ILC propôs realizar o Relatório Sombra CEDAW 2016 sobre mulheres rurais, uma problemática que não era abordada até o momento no comitê e não era apresentada pelo Estado argentino nem pelas organizações que vinham gerando relatórios. Assim, como o Comitê CEDAW não tinha conhecimento sobre o tema, isto não fazia parte da agenda nem das recomendações feitas ao Estado para gerar mudanças ou adotar medidas sobre a problemática. Além disso, foi identificado que o Estado não tinha aplicado os pactos internacionais assinados relativos aos direitos das mulheres (CEDAW 1985, Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará 1996 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2015).

A Fundação Plurales tomou conhecimento do Comitê CEDAW. Para fins de compreender o funcionamento deste órgão, é importante salientar que o Comitê CEDAW tem como objetivo alcançar a igualdade entre homens e mulheres, bem como eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher. Nesse sentido, ele define quais são os atos que constituem discriminação contra a mulher e estabelece a obrigação nacional de adotar medidas positivas, mediante leis, políticas públicas e programas. Seus princípios básicos são: igualdade de resultados, não discriminação e responsabilidade nacional. É o encarregado de controlar o cumprimento da convenção.

O processo concreto para a elaboração dos Relatórios CEDAW poderia ser resumido da seguinte maneira: (1) busca de associados(as); (2) elaboração do relatório: busca de evidência, criação de recomendações; (3) elaboração de outros documentos de apoio (nota conceitual, perguntas para o Estado); (4) apresentação do relatório no site da ONU; e (5) apresentação do relatório na sessão em Genebra (apresentação oral de governos e a sociedade civil).

Aprender o procedimento deu lugar à geração de um processo de trabalho para elaborar o Relatório Sombra CEDAW relativo a mulheres rurais da Argentina.

Fase I – Procedimento de mecanismos da ONU - CEDAW [ano 2016 até final de 2017]

Na Fundação Plurales decidiram realizar este processo de forma participativa, com um forte envolvimento das mulheres rurais, o que exigiu ampliar as instâncias do processo e dar prioridade a encontros e oficinas nos territórios chave para a elaboração do relatório. Para isso, promoveu a criação de uma aliança com Fundapaz, Federação Agrária Argentina e Redes Chaco, organizações integrantes da ILC Argentina, para gerar uma rede de colaboração integrada por diferentes entidades da sociedade civil, de mulheres rurais e indígenas. Desta maneira, cada uma das quatro organizações definiu sua equipe de trabalho e assumiu responsabilidades específicas.

Durante 5 meses, diferentes situações das mulheres rurais foram analisadas levando em conta o estabelecido pela CEDAW. Na primeira etapa de trabalho, foi realizada uma pesquisa sobre os antecedentes e o contexto da região. O relatório incluiu informações quantitativas e qualitativas obtidas de fontes primárias, por meio de diferentes organizações e instituições acadêmicas. A equipe revisou os últimos três relatórios apresentados pelo Estado argentino à CEDAW, alguns relatórios sombra realizados por outras organizações não governamentais e recomendações previamente realizadas pelo Comitê CEDAW ao Estado.

Ao concluir a revisão de documentos, foi identificada a falta de informações sobre o acesso à terra e à água, e sobre a conexão destes recursos com os direitos das mulheres rurais, questão que foi definida como o objetivo



principal do relatório. No relatório foi considerado o período 2014-2016 e, com o título “Recursos Naturais das Mulheres Rurais na Região do Grande Chaco Argentino”, foi apresentado em 31 de outubro de 2016, em Genebra, na 65ª sessão das Nações Unidas.

Cabe destacar que o processo se centrou na participação ativa das mulheres rurais, as quais ofereceram depoimentos, dados e informações. Por esse motivo, foi necessário criar uma metodologia participativa, que requiriu a preparação de oficinas articuladas com uma pesquisa acadêmica. Da mesma forma, procurou-se que o relatório representasse uma pluralidade de opiniões, experiências e realidades, e, para isso, foi feita uma convocação aberta a pessoas, organizações e instituições para realizar o processo de validação do relatório, por considerar que quanto mais organizações estivessem envolvidas, maior seria a importância do instrumento perante a CEDAW e o Estado.

O resultado foi um relatório integral onde foi apresentada a situação das mulheres rurais da região do Grande Chaco Argentino em relação ao acesso aos recursos naturais, à terra e ao território, e à violação dos seus direitos. Este processo e a metodologia permitiram instalar o tema e as problemáticas na CEDAW, e o comitê levou em conta a evidência apresentada no relatório para questionar os fundamentos dos representantes do Estado presentes na sessão que, por sua vez, demonstraram falta de conhecimento sobre a situação. A maioria das recomendações feitas no relatório foram tomadas de forma literal pelo comitê e incluídas no relatório final enviado ao Estado, para exercer pressão em relação ao cumprimento de suas responsabilidades como membro da convenção.

É importante salientar que o procedimento de CEDAW foi o início de um processo de participação nos mecanismos da ONU, o que significou “aprender fazendo” e que o nível de participação das organizações de base de mulheres não fosse como o desejado. A participação ocorreu mediante as respostas a um questionário padronizado que permitia obter as informações particulares de cada território para, mais tarde, serem sistematizadas pelas integrantes da Fundação Plurales a cargo da redação do relatório e no processo de validação do relatório final. A apresentação do relatório sombra nas Nações Unidas, que contou com a presença de uma das mulheres rurais das organizações de base em Genebra (Suíça), permitiu que a situação das mulheres rurais fosse relatada em primeira pessoa em uma das máximas instâncias mundiais, a partir de suas próprias perspectivas, necessidades e demandas, o que demonstrou a importância da organização coletiva para reivindicar direitos em instâncias locais, nacionais e internacionais. O reconhecimento da CEDAW também foi um impulso para continuar lutando nos âmbitos local e regional.

No contexto das ações anteriores de incidência internacional, em 2017 foi realizado o Exame Periódico Universal (EPU) Argentina, uma análise da situação dos direitos humanos no mundo, no qual participaram os 193 Estados-membros da ONU. É uma avaliação entre pares, na qual, a cada quatro anos e meio, cada país é analisado pelos outros. O EPU foi criado pela Assembleia Geral da ONU em 2006 e é o único mecanismo universal deste tipo. No Conselho de Direitos Humanos, cada Estado deve apresentar um relatório dos avanços conseguidos, e os demais Estados fazem perguntas ao país que é avaliado e realizam observações. É um mecanismo diferente ao usado pelos Comitês CEDAW e DESC, porque é conhecido como “avaliação entre pares” e não de especialistas. Neste processo, as mulheres rurais também conseguiram participar e acionara sobre os mecanismos das Nações Unidas de monitoramento e controle das políticas públicas.

Fase II – Procedimento DESC [Ano 2018 a 2019]

Como parte deste mesmo processo, em fevereiro de 2018, as quatro organizações que formavam a ILC Argentina (Fundapaz, Fundação Plurales, Redes Chaco e Federação Agrária) se uniram para promover a Estratégia Nacional de Envolvimento (ENI, pelas siglas em espanhol) Argentina. Trata-se de processos de múltiplas partes promovidos por estas organizações integrantes, para fomentar a governança da terra centrada nas pessoas,



que busca realizar mudanças em políticas públicas, agendas e práticas que garantam o acesso, uso e gestão da terra, a água e outros recursos naturais às organizações camponesas e indígenas, mulheres e jovens da região do Chaco Argentino. É integrada por 29 organizações associadas, e abrange 11 províncias e 105 organizações indígenas, camponesas e de mulheres. Uma das prioridades do plano de trabalho da ENI Argentina 2020 foi o acompanhamento e controle das recomendações expressas pelo CEDAW ao Estado argentino e, mais tarde, das recomendações do DESC.

Também em 2018, um segundo relatório sombra foi realizado para o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (DESC). O Comitê DESC supervisiona a aplicação do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais dos seus Estados-parte. O Relatório DESC foi realizado pela Fundação Plurales, também seguindo uma metodologia muito participativa que foi fortalecida pela experiência prévia e as aprendizagens adquiridas com o Relatório CEDAW.

Por esse motivo, o processo DESC começou com a realização da “Oficina Nacional de Formação em Direitos Humanos e a elaboração do relatório alternativo para apresentar ao Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas (DESC) sobre a situação das mulheres rurais e indígenas” em abril de 2018, com o objetivo de oferecer capacitação em direitos humanos e em ferramentas para defendê-los (como é a elaboração de relatórios alternativos ou sombra) a organizações de oito províncias do Chaco Argentino (Córdoba, Santiago del Estero, La Rioja, Chaco, Formosa, Salta, Tucumán e Jujuy) e capacitação sobre a elaboração do documento para apresentar à ONU em setembro de 2018.

O propósito desta oficina era que as mulheres das organizações rurais participantes entendessem os objetivos e os requisitos do relatório desde o início e se tornassem replicadoras dos conhecimentos nos seus territórios. Foram feitas 16 oficinas territoriais para elaborar o relatório de forma coletiva e participativa e, de novo, foi implementado um importante sistema de validação das organizações de base de mulheres rurais e de organizações técnicas que trabalham nos territórios e conhecem as problemáticas. Mais tarde, o relatório foi apresentado por uma técnica da Fundação Plurales e uma integrante das organizações de base em Genebra.

Fase III – Novo processo CEDAW [ano 2020 a 2021]

Em 2020, em meio à pandemia, este processo de CEDAW continuou com a formação do Comitê de Acompanhamento, com companheiras técnicas e companheiras dos territórios. E, em 2021, foi iniciado o trabalho de avaliação das recomendações que foram consideradas pelo Estado argentino e como foram executadas.

2.3 DESCRIÇÃO TÉCNICA DE DISPOSITIVOS E PROCESSOS INOVADORES

A experiência é realizada desde 2016, por meio da incorporação das agendas de trabalho das organizações integrantes da ILC relativas aos procedimentos especiais da ONU. Estes procedimentos outorgam à sociedade civil mandatos para apresentar relatórios e assessorar sobre direitos humanos. Em geral, os relatórios são apresentados aos Comitês das Nações Unidas como CEDAW, DESC, EPU ou a relatores especiais de direitos humanos para oferecer informações que possam ser contrastadas com os relatórios oficiais elaborados pelos Estados sobre o cumprimento da normativa internacional.

Para desenvolver esta estratégia de incidência, na Fundação Plurales foi desenvolvido um processo inovador baseado em uma metodologia própria de elaboração coletiva e participativa dos relatórios, em que o processo de tomada de decisão é centrado nas vozes, necessidades, interesses e direitos das mulheres rurais.

Nesta experiência, para os dois mecanismos internacionais os passos foram os seguintes:



1. Primeiro, é feito um trabalho para democratizar e capacitar as organizações de mulheres rurais sobre os procedimentos especiais da ONU.
2. Depois, é iniciado um processo de consultas e oficinas para gerar informações de primeiro grau.
3. É redigida uma versão para integrar evidências e são validados os resultados do relatório de forma coletiva.
4. É apresentado o relatório à ONU por uma representante das organizações de base.
5. E, por último, é feito um trabalho de controle das recomendações feitas por cada comitê aos Estados.

Entre os dois processos, há algumas mudanças na metodologia de participação das mulheres. A quantidade de oficinas em CEDAW e DESC varia de acordo com as possibilidades dos(as) associados(as) acionadores(as), as organizações que oferecem apoio e as organizações de base territorial.

Metodologia do Relatório CEDAW-ONU

No procedimento do Relatório Sombra-CEDAW Argentina 2016, para realizar as oficinas com mulheres rurais em diferentes territórios do Grande Chaco Argentino, as organizações encarregadas do relatório sombra dividiram o trabalho levando em conta suas zonas de ação e convocaram as organizações com as quais tinham vínculo. Foram feitas 15 oficinas, nas quais participaram mais de 350 mulheres do Chaco.

Cada organização usou uma estratégia diferente para implementar as oficinas, em alguns casos, aproveitaram eventos e reuniões previamente planejados com as mulheres para obter as informações em primeira mão.

Foi elaborado um guia/questionário padronizado para obter informações relacionadas à problemática da terra, a água e os recursos naturais, e para fazer uma lista de órgãos do Estado, dos programas e dos planos públicos existentes no território.

Mais tarde, as conclusões das oficinas foram incluídas em relatórios sub-regionais usando também um guia, e com a sistematização destes relatórios, a Fundação Plurales e um pesquisador acadêmico elaboraram o primeiro rascunho do relatório alternativo que foi enviado por e-mail e impresso às organizações e às mulheres que participaram das oficinas, para revisão e validação. Depois deste processo, foi elaborado o relatório final, validado por diferentes organizações territoriais, técnicas e acadêmicas.

Mecanismo de DESC-ONU

No caso do Relatório DESC, este processo participativo foi fortalecido por uma mudança de estratégia. Desde o início, foi realizada uma oficina nacional que permitiu formar as mulheres rurais para que elas pudessem continuar as oficinas nos diferentes territórios. Neste caso, as organizações territoriais de mulheres usaram os questionários e encorajaram os grupos de cada território a fazerem suas contribuições para o relatório. Foram feitas 16 oficinas territoriais em 8 províncias da Argentina.

Isso significou uma inovação metodológica em relação às formas usadas para elaborar este tipo de relatórios, que costumam ser mais técnicos e acadêmicos, mas, neste caso, as mulheres rurais participaram desde o início do processo. E também gerou desafios e tensões, porque ao abrir o jogo é necessário articular os tempos e expectativas das diferentes atrizes envolvidas. O resto da metodologia é comum ao caso de CEDAW.





Figura 1 – Registro de oficina do relatório CEDAW, 2018. Fonte: Fundação Plurales.

Procedimento de redação de relatórios alternativos ONU

Em cada caso (CEDAW e DESC), a partir de um questionário guia foram sendo realizadas as oficinas locais para preencher os formulários previstos para a redação do relatório. Da mesma forma, evidências e casos foram criados para justificar cada ponto do relatório.

Nesse processo, diferentes documentos são elaborados: **(1)** a “nota conceitual”; **(2)** as perguntas que serão direcionadas ao Estado quando o relatório for apresentado nas Nações Unidas; **(3)** a elaboração de recomendações para melhorar as políticas públicas; e **(4)** a redação do relatório.

A nota conceitual é um documento breve no qual é resumido o relatório com destaque dos temas centrais. Além disso, é feito um trabalho sobre as “recomendações”, para que o Estado melhore suas políticas públicas, que são incluídas no relatório. E, por último, para apresentar o relatório às Nações Unidas, é elaborado um documento com perguntas direcionadas ao Estado.

O relatório para a ONU apresenta todo o panorama sobre a situação das mulheres rurais e sobre suas propostas para melhorar as políticas públicas.

Procedimento geral para a participação nas Nações Unidas

É importante salientar que o processo das Nações Unidas não tem muitos requisitos específicos, o mais difícil é a inscrição da organização que apresentará o relatório, neste caso a Fundação Plurales. Processualmente, é necessário preencher um formulário e a organização é avaliada antes da sua participação ser habilitada. A inscrição é individual, mas a Fundação Plurales, por sua própria iniciativa, implementou um procedimento e uma metodologia coletiva e participativa que envolveu mais de 30 organizações.

Da mesma forma, também não há um requerimento da ONU em relação a quem deve viajar para apresentar o relatório, mas a Fundação Plurales, com o apoio financeiro da ILC, estabeleceu que a representante fosse uma mulher das organizações rurais de base, para validar desde sua própria experiência o conteúdo do relatório.

Neste processo, a participação das mulheres rurais se torna uma inovação que estrutura o processo desde as bases, com o acompanhamento técnico e não apenas desde a assistência técnica. Da mesma forma, existe uma decisão de trabalhar de forma coletiva, embora isso possa estender os tempos. É uma aprendizagem inovadora que não surge apenas de uma organização técnica, mas também dos territórios.

2.4 RECURSOS NECESSÁRIOS

A presente experiência é particular, porque envolve a implementação de um mecanismo das Nações Unidas no nível local. É possível que estes mecanismos ou instrumentos resultem estranhos e que as mulheres rurais não os adotem, mas representam uma oportunidade de incidir politicamente em outro nível. Para isso, a aplicação da experiência exigiu recursos que garantissem a participação ativa das mulheres rurais, primeiro nas capacitações e oficinas nos territórios e, depois, na viagem para a sede das Nações Unidas em Genebra, para apresentar o relatório.

Recurso de tempo

Cada um destes mecanismos da ONU envolveu uma média de 12 meses entre os processos de organização, formação, elaboração das oficinas, redação e validação dos relatórios. Isto inclui aprender sobre direitos e mecanismos internacionais que podem agregar uma obrigação adicional às mulheres, mas que também lhes permite obter informações sobre seus direitos e sobre as possibilidades de incidir em um espaço internacional.

Recursos de conhecimentos e experiências

Para a elaboração destes relatórios são usados, como recurso fundamental, o conhecimento e a experiência em primeira mão das mulheres rurais de cada um dos territórios, as oficinas e os encontros nutrem o processo de saberes territoriais e é uma inovação diante de outros relatórios mais técnicos e acadêmicos que são apresentados na ONU, que não são elaborados diretamente nos territórios comunitários. Estes conhecimentos são articulados com conhecimentos técnicos para a criação e sistematização dos relatórios, de acordo com a linguagem e os critérios da ONU.

Recursos financeiros

Os recursos financeiros para garantir o desenvolvimento da experiência foram obtidos em especial da International Land Coalition e, mais tarde, a partir do processo DESC, foi recebido o apoio da ONU.

O financiamento das Nações Unidas (o Alto Comissariado das Nações Unidas na Secretaria da Argentina) apoiou a realização da oficina de capacitação para as referências dos territórios com uma especialista na elaboração de relatórios, e forneceu fundos para poder realizar mais oficinas nos territórios. Isso se deve ao fato de que a ONU busca que as organizações participem e elaborem relatórios para valorizar a abordagem participativa do trabalho e aportar os conhecimentos sobre os mecanismos da ONU. Existem fundos das Nações Unidas para apoiar estes processos.

Neste caso, os recursos financeiros foram destinados especialmente para viagens e diárias para as oficinas territoriais e para as instâncias nacionais. Cada espaço envolveu despesas diferentes de acordo com a quantidade de participantes e as distâncias de traslados.



É importante salientar que, no processo de DESC, os recursos financeiros para trabalhar nos territórios facilitaram maior aprendizagem para as organizações de base.

Divulgação dos relatórios

Por último, vale destacar a importância da publicação e impressão destes relatórios como um recurso fundamental que permite que as informações circulem e possam ser usadas pelas organizações de base nos territórios.

2.5 MECANISMO DE VALIDAÇÃO

O processo de validação tem uma centralidade fundamental nesta experiência. Desde o início, a participação das mulheres com seus próprios depoimentos e experiências é priorizada. Isto é feito mediante uma metodologia coletiva e participativa que favorece a instância da oficina para coletar os depoimentos, dados, informações e contribuições das mulheres rurais.

No procedimento da CEDAW, as oficinas foram mais direcionadas a responder um questionário/guia, mas, a partir de DESC, foi implementado um processo de capacitação que envolveu as organizações de base de mulheres desde o primeiro momento e as considerou multiplicadoras desta experiência nos seus territórios.

Nestes dois mecanismos, mais de uma dezena de oficinas foram realizadas nos territórios provinciais, e uma instância de oficina central de validação com referências das oficinas provinciais.

Os relatórios, tanto CEDAW quanto DESC, foram o resultado de cada oficina realizada, foram validados pelas próprias mulheres e organizações participantes, e as sugestões e correções foram incorporadas ao relatório final mediante “oficinas de validação” nas quais se aplicaram as modificações relevantes, a partir das recomendações das mulheres.

Os relatórios também foram validados por diferentes organizações que possuem conhecimentos, afinidade e experiência no assunto a partir de um papel acadêmico ou de intervenção. Estas organizações e instituições são as “garantidoras do relatório”, e foram selecionadas por sua experiência e relação com os temas abordados no relatório, bem como foram convocadas organizações com as quais a rede de colaboradores(as) do relatório tem ou teve conexão (instituições acadêmicas e de pesquisa, ONGs, igrejas e universidades).

Depois de vários processos de validação, os relatórios foram enviados às Nações Unidas e apresentados com a participação de uma mulher das organizações de base territorial. Esta forma de validação (apresentação por parte de uma voz do território) é uma estratégia para reafirmar a força e o apoio ao relatório do território do Chaco.

Nestes processos de validação, aproximadamente 40 organizações de base, técnicas e garantidoras foram envolvidas. É importante destacar que este processo de validação também representa uma inovação em matéria de relatórios alternativos ou sombra, que, em geral, são elaborados por uma organização técnica, em um registro de pesquisa técnico-acadêmica. Neste caso, desde o começo, há envolvimento das organizações de base de mulheres, mas também são geradas redes entre organizações para que elas sejam garantidoras dos relatórios.





Figura 2 – Registro de oficina CEDAW, 2018. Fonte: Paula Juarez.

2.6 RESULTADOS

O resultado mais concreto desta experiência é a produção colaborativa dos documentos dos relatórios e as recomendações realizadas pelos Comitês de Especialistas da ONU ao Estado argentino. O relatório alternativo se torna uma fonte de visibilização das problemáticas das mulheres rurais e, de acordo com as organizações acionadoras, instala o tema das mulheres rurais na agenda das Nações Unidas.

No entanto, os maiores resultados surgem ao longo de todo o processo de elaboração do relatório, quando as mulheres rurais conhecem, observam com detalhe e abordam conhecimentos sobre os direitos aos quais deveriam ter acesso garantido pelo Estado e por outro lado, quando conhecem os mecanismos de incidência global para a reivindicação destes direitos.

É importante considerar que, embora as recomendações não sejam uma obrigação para o Estado, o fato de contar com elas, elaboradas de uma instância local para o plano internacional, adquire importância nos territórios locais, o que permite às mulheres um fortalecimento da organização que gera maior resiliência e capacidade de resolução de problemas sócio-produtivos ou ambientais. Por esse motivo, torna-se evidente uma importante apropriação das organizações de mulheres rurais destes mecanismos internacionais da ONU, que usaram os relatórios para validar suas lutas pelos direitos no nível local.

3. ANÁLISES DA EXPERIÊNCIA

3.1 INOVAÇÃO E/OU PROCESSOS DE APRENDIZAGEM INOVADORES



Esta experiência implica um tipo particular de processo de aprendizagem inovador, e pode ser entendida como uma tecnologia organizacional que tem como objetivo visibilizar e fortalecer as mulheres rurais mediante sua incidência direta nos mecanismos das Nações Unidas.

A experiência apresenta diferentes tecnologias (de produto, de processo e de organização) que constroem uma intervenção que articula as questões globais com as locais. Embora exista um mecanismo pré-projetado pela ONU (os relatórios sombra), a experiência apresenta um novo significado com a participação ativa das mulheres rurais, que se tornaram parte do processo de elaboração dos relatórios. A elaboração de um relatório sombra acaba sendo apenas uma parte de um processo mais amplo no qual as mulheres rurais e as organizações técnicas adquirem conhecimentos inovadores sobre a possibilidade de incidência em instâncias internacionais.

O objetivo da experiência não é apenas a elaboração de um relatório, mas, especialmente, o fortalecimento das mulheres rurais e sua incidência nas políticas públicas. Por esse motivo, é aplicada uma metodologia inovadora que considera a elaboração participativa e coletiva em lugar da criação de um relatório técnico, neste processo (que representa por si só uma inovação) as oficinas e encontros têm tanta ou mais importância que o próprio relatório, é a estrutura entre os questionários/guias, as oficinas de capacitação sobre mecanismos das Nações Unidas, as oficinas territoriais para obter informações sobre as problemáticas das mulheres em primeira pessoa, as oficinas de validação para comprovar o que foi escrito no relatório, o relatório e a apresentação dele em Genebra, o que constitui um processo de aprendizagem inovador.

Este processo se encontra fortalecido e favorecido pelos vínculos prévios entre a Fundação Plurales, as outras organizações técnicas e as organizações de base, mas foi afetado pelo desconhecimento sobre os mecanismos das Nações Unidas, que tanto as organizações técnicas quanto as de base foram aprendendo durante o processo.

3.2 FATORES DE ÊXITO

As maiores conquistas identificadas nesta iniciativa são:

- A introdução dos temas de incidência global nas organizações de base territoriais, com a ampliação da perspectiva dos direitos nas organizações de mulheres rurais.
- A chegada das vozes das mulheres rurais dos territórios a espaços de tomada de decisão internacional (ONU Genebra) não mediante uma interpretação, mas mediante uma elaboração em conjunto do relatório, e como protagonistas de todo o processo em primeira pessoa.
- A presença nas Nações Unidas, com a possibilidade de falar sobre os direitos e as necessidades das mulheres.
- A possibilidade de incidir nos diferentes níveis, neste caso no internacional, para exibir as problemáticas das mulheres rurais que não tinham sido abordadas antes nessas instâncias.
- O trabalho em equipe priorizando a elaboração participativa e coletiva.
- A metodologia implementada que colocou o processo em destaque e significou um desafio para a organização responsável.
- A sistematização e impressão destes relatórios são entendidas como um sucesso, na medida em que permitem às organizações ter ferramentas para poder mostrar, apoiadas por muitas outras organizações e por uma instância internacional. Além do mais, permite que as informações circulem.



- A apropriação deste processo por parte das mulheres rurais, e o uso dele e dos relatórios nos territórios.
- A possibilidade de trabalhar, informar e dar a conhecer os direitos humanos no nível dos territórios, onde muitas vezes são desconhecidos.
- A democratização dos processos de participação da sociedade civil em instâncias internacionais.

3.3 LIMITAÇÕES

Custos do desconhecimento das possibilidades dos mecanismos da ONU

Para as organizações acionadoras, o desconhecimento prévio dos mecanismos da ONU, do formato para a apresentação do primeiro relatório à tentativa de aplicar uma metodologia que não era trabalhada dessa forma por outras organizações informantes (que, além do mais, costumavam ser organizações urbanas localizadas em grandes cidades que centravam seus relatórios a partir da pesquisa e de questões técnicas), implicou dificuldades não previstas pelos mesmos mecanismos da ONU, custos em tempos, negociações de ajustes, entre outros temas.

Descrença nos mecanismos internacionais da ONU

A descrença inicial por parte das mulheres rurais no impacto que um documento desse tipo poderia gerar e a incidência nas políticas nacionais. Isso está relacionado com a percepção que as mulheres rurais têm do Estado, dos órgãos internacionais e do descumprimento histórico de leis e tratados internacionais. Embora tenha sido feito um trabalho para destacar a importância das vozes das mulheres nestes processos, o impacto na vida diária delas ainda é limitado.

Dificuldades no formato das informações, das evidências e dos tempos de resposta das organizações territoriais

A limitação no processo de sistematização foi a heterogeneidade de todas as informações provenientes dos diferentes territórios, outras dificuldades foram comprovar tudo o que foi levantado por meio de provas e casos específicos, e as questões relacionadas ao envio das respostas nos prazos indicados. Estas complicações poderiam ter sido evitadas escrevendo o relatório diretamente na organização responsável, mas lidar com estas complexidades foi uma definição política.

Embora existisse comunicação constante, na primeira experiência CEDAW, o problema foi a falta de clareza nos objetivos e na forma de elaboração do relatório, então houve momentos de tensão ao estabelecer limites nas informações apresentadas pelas diferentes organizações ou ao definir que temas priorizar. Na experiência DESC, isso foi abordado de uma melhor maneira mediante a capacitação prévia das organizações de base e a realização de oficinas territoriais.

As limitações para a incidência na política nacional

O uso dos mecanismos internacionais das Nações Unidas não garante que os Estados modifiquem ou melhorem suas políticas públicas. No caso da CEDAW, devido ao contexto político de mudança de governo, surgiu o risco de que o relatório não fosse aceito nem respondido pelo novo governo, justificando que correspondia a outra gestão. Estes mecanismos da ONU são pensados como instâncias de pressão pública, são consultivos, não obrigam os Estados.



3.4 LIÇÕES APRENDIDAS

Capitalizar as primeiras experiências para as seguintes

É uma experiência de aprendizagem contínuo para todas as organizações envolvidas e de ensino de umas para as outras. De acordo com as vozes do processo, foi difícil aprender sobre o sistema das Nações Unidas e entender qual é o propósito deste tipo de relatórios. Especialmente no processo CEDAW, este conhecimento ficou em mãos da Fundação Plurales, por isso, houve um forte trabalho para que no DESC fosse possível abordar estas informações com todas as organizações desde o começo.

As lições aprendidas pela equipe acionadora durante o processo CEDAW foram aplicadas no DESC, com um trabalho com forte cunho formativo sobre como construir uma evidência, como fornecer informações para o relatório, qual é o propósito de apresentar este relatório e foi bem abordada a incidência nas políticas públicas, que não havia sido tão clara para as mulheres rurais no processo CEDAW. Estas aprendizagens foram fortalecendo o processo. No processo CEDAW foi uma aprendizagem da Fundação Plurales e, depois, esses conhecimentos foram compartilhados com as outras organizações.

Uma alta participação exige trabalho prévio

O processo de elaboração se tornou uma instância de aprendizagem e empoderamento para as mulheres que participaram contando suas experiências e denunciando os problemas que enfrentam. O alto nível de participação foi possível graças ao trabalho prévio feito pelas organizações no território de maneira conjunta com as mulheres, as quais se envolveram no processo de coletar as informações para que suas vozes e perspectivas chegassem à ONU.

Focar em um assunto que facilite o acompanhamento das recomendações

Outra lição aprendida foi focar em uma temática nos relatórios, para poder usar melhor as informações coletadas e facilitar o processo de acompanhamento das recomendações. É importante levar em conta que a participação de organizações com diferentes objetivos e interesses, com as particularidades de cada província, além de todas as informações que cada uma das organizações deseja fornecer gera problemas no momento da sistematização, em especial no processo DESC, devido à maior participação e à grande quantidade de temas a abordar sobre os direitos econômicos, sociais e culturais. Definir os temas mais relevantes e transversais foi fundamental: acesso à água, direitos à alimentação, direito à terra.

Estratégias para apresentação nas Nações Unidas

O processo de aprendizagem também envolveu pensar e ter estratégias para a apresentação do relatório nas Nações Unidas, em Genebra, devido a que é exposta uma grande quantidade de relatórios de diferentes países, e poder ter as perguntas e as recomendações ao Estado já prontas é importante. Nesse sentido, com os processos CEDAW e DESC foi possível aprender que a própria instância nas Nações Unidas é um espaço de aprendizagem, de negociação e de interação com os funcionários da ONU. Há uma aprendizagem de estratégias que não estão escritas em nenhum lugar, por isso, no DESC foi mais fácil, porque o processo já era conhecido e porque existia uma aprendizagem prévia das próprias organizações de base sobre o acesso aos direitos.

Transversalidade de gênero

A estratégia de participação das mulheres rurais é uma aprendizagem, algo que se espera que outros relatórios implementem, em especial os elaborados pelo Estado.



3.5 REPLICAR E/OU ESCALAR

Esta experiência tinha sido realizada antes por outras organizações no âmbito internacional, mas nunca abordando a problemática das mulheres rurais, portanto, a possibilidade de re replicar e escalar este tipo de experiências é muito ampla.

Da mesma forma, como é possível observar neste caso, a experiência do Relatório CEDAW 2016 permitiu contar com aprendizagens para o Relatório DESC 2018. Nesse nível, há uma possibilidade de participação incremental nos procedimentos que permitem o envolvimento cidadão na revisão das ações dos Estados. No entanto, devemos levar em conta que os processos foram diferentes, já que, enquanto CEDAW se centra em problemáticas ligadas a mulheres, DESC trabalha sobre as problemáticas econômicas, sociais e culturais que incluem a toda a população, por isso, é importante saber o que pode se esperar de cada instância e qual – objetivos de política – é a finalidade do procedimento.

A experiência na Argentina representa um guia para as organizações na Bolívia e no Paraguai, já que enfrentam realidades semelhantes nas suas regiões do Grande Chaco Americano, e podem fortalecer as lições destas experiências, bem como considerar a elaboração de relatórios alternativos futuros nos seus territórios. É importante salientar que se trata de uma experiência local/nacional, porque as perguntas e recomendações são feitas no nível de um Estado nacional. Por esse motivo, não é possível que adquira uma escala “regional”, mas sim que a experiência e a metodologia de construção do relatório sejam replicadas em outros Estados.

Na atualidade, está sendo desenvolvido um plano de ação para acompanhar as recomendações realizadas pelas Nações Unidas ao Estado argentino. Esta nova etapa de incidência ainda não está consolidada, mas algumas organizações da rede de colaboração estão interessadas em participar, portanto, há possibilidades de continuar o processo. A equipe de trabalho também considera gerar uma segunda edição do Relatório Alternativo CEDAW, para ampliar as informações e os detalhes, e usá-la no futuro no plano de ação de acompanhamento das recomendações em diferentes órgãos ou estratégias do Estado.

3.6 CONCLUSÕES

Além das recomendações e da formalidade, esta experiência gerou mudanças na vida das mulheres rurais ao envolvê-las diretamente em instâncias internacionais, nas quais são discutidos seus direitos. Desde 2020, as próprias mulheres estão controlando o cumprimento das recomendações mediante um Comitê de Acompanhamento que vem avaliando que, desde que os relatórios foram apresentados, a situação só piorou.

Longe de ver isso como algo que deveria questionar a incidência da experiência, começou a implementação de uma matriz de análise de políticas públicas de uma perspectiva de gênero que permita gerar antecedentes que se tornem uma ferramenta na luta pelos direitos humanos. Neste sentido, o mais importante desta experiência é que as mulheres se apropriem dos mecanismos de incidência global e contar com o apoio das Nações Unidas para ter maior capacidade de ação local.

Por outro lado, a experiência envolve um processo de construção de conhecimento, e oferece a possibilidade de elaborar e argumentar as problemáticas em relação aos direitos para ter incidência nos âmbitos local, nacional e internacional. Esta incidência é o sentido mais importante destes mecanismos. A partir da CEDAW e até hoje, as mulheres rurais das organizações de base foram aprendendo e se apropriando das especificidades destes processos, e encontrando a articulação com suas demandas locais.



4. DEPOIMENTOS

"Considero uma experiência muito importante ter participado de todos os momentos. Acredito que consegui entender e aprender outra forma de lutar por nossos direitos e a incidência diante de uma instância [como a CEDAW] que nunca imaginei que podia experimentar (...) Eu sinto uma grande esperança e uma obrigação de transmitir isso ao resto [a experiência]. Isso me dá energia e muita força para continuar".

Miriam Vilcay (MULINEC, Mulheres Livres do Norte Cordobés, e Coletivo de Mulheres do Chaco).

ABRIL 2018



WWW.PLURALES.ORG

Figura 3 – Equipe da Fundação Plurales na oficina CEDAW, 2018. Fonte: Fundação Plurales.

5. FONTES

Bibliografía

Juarez, P. y Becerra, L. (2020): Argentina frente al Cambio Climático y el escenario de su región del Gran Chaco, ¿cómo se articulan?, Ed. Fundación Plurales, Proyecto Euroclima Plus "Acción Climática Participativa: integrando los retos del cambio climático en el Gran Chaco", Buenos Aires.



Juarez, P. (2021): Plan de Trabajo de Sistematización de Experiencias de Agroecología y Alimentos Resilientes al Clima en la Región del Gran Chaco Americano, Proyecto DAKI Semiárido Vivo, FUNDAPAZ, Buenos Aires.

Documentos Relatórios Sombra

Fundación Plurales, FUNDAPAZ, Redes Chaco, Federación Agraria Argentina y otros (2018). Informe Sombra PIDESC-ONU Sesión 64. Situación de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales de las Mujeres Rurales Argentinas del Gran Chaco y Puna. Septiembre 2018, Argentina. Disponible em:

https://issuu.com/fundacionplurales/docs/informe_sombra_para_el_comit_del_p

Fundación Plurales, FUNDAPAZ, Redes Chaco, Federación Agraria Argentina y otros (2016). Informe Sombra para el Comité de la Convención para la Eliminación de todas las formas de Discriminación contra la Mujer (CEDAW-ONU) Sesión 65.

Acceso a los Recursos Naturales de las Mujeres Rurales en la Región del Gran Chaco Argentino. Septiembre, 2016, Argentina. Disponible em:

<http://www.plurales.org/wp-content/uploads/2015/01/InformeAccesoRRNdeMujeresChaco-1.pdf>

Outros materiais

CESCR - Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales 64 Sesión (24 sep. 2018 - 12 oct. 2018).

Disponible em:

https://tbinternet.ohchr.org/_layouts/15/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=1200&Lang=sp

Fundación Plurales y otros (2016). Caso de Estudio: Incidencia ante la comisión CEDAW para posicionar los derechos a la tierra de las mujeres rurales. Disponible em:

https://d303cb4w253x5q.cloudfront.net/media/documents/ILC_Case_Study_0022_Argentina_ES.pdf

Fundación Plurales y otros (2017). Examen Periódico Universal (EPU) Argentina. Disponible em:

<http://www.plurales.org/Items%20de%20portfolio/epu-argentina-2017/>

Sites

Acción Climática Participativa: <https://www.accionclimaticaparticipativa.org/experiencias/monitoreo-a-las-recomendaciones-de-cedaw-y-desc>

ENI (Estrategia Nacional de Involucramiento): <https://eniargentina.org/>

Fundación Plurales: <http://www.plurales.org/>

International Land Coalition: <https://www.landcoalition.org/es/>

Entrevista com:

- Marta Esber, Daniela Savid, Soledad De León y Lilian Gregorio, 9 de junho de 2021.



O **Projeto DAKI – Semiárido Vivo** é uma iniciativa de Gestão do Conhecimento e Cooperação Sul-Sul entre regiões semiáridas da América Latina, com foco na ampliação da resiliência dos povos e comunidades dos semiáridos aos efeitos das mudanças do clima. Centrado nas regiões do Grande Chaco Americano (Argentina), Corredor Seco da América Central (El Salvador) e Semiárido Brasileiro, o projeto atua identificando conhecimentos acumulados em experiências de agricultura resiliente ao clima, para criar pontes e intercâmbios entre boas práticas e seus protagonistas, e desenvolver capacidades técnicas através de processos de formação. A ação é financiada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), coordenada por duas redes da sociedade civil – Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e a Plataforma Semiáridos da América Latina –, e executada por um consórcio de organizações sociais: AP1MC do Brasil, FUNDAPAZ da Argentina e FUNDE de El Salvador.

A sistematização de experiências é um dos componentes do projeto DAKI-Semiárido Vivo, que tem como objetivos identificar, organizar, dar visibilidade e compartilhar aprendizagens sobre experiências e boas práticas sustentáveis

e mais resilientes às mudanças climáticas, nas três regiões de atuação do projeto. Respeitando a riqueza de contextos, atores, natureza e modos de vida que compõem os semiáridos, os processos de sistematização se deram de modo articulado e heterogêneo, partindo da diversidade dos territórios para a interseção proposta pelo DAKI-Semiárido Vivo. Nesse sentido, cada região desenvolveu metodologias e processos de sistematização próprios, que seguiram critérios e categorias comuns, adaptados aos contextos locais. Estes processos seguiram as seguintes etapas: levantamento e identificação de experiências; sistematização em profundidade; produção de materiais e intercâmbios de conhecimento. Este material é resultado do processo de sistematização em profundidade, que gerou a Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo e com seus respectivos Cadernos de Casos.

No Caderno de Casos do Grande Chaco Americano, foram identificadas, selecionadas e sistematizadas 20 experiências. A metodologia de sistematização consistiu em três etapas: (1) levantamento e análise de todos os materiais produzidos pela iniciativa e por terceiros, (2) entrevistas com os principais atores da iniciativa e (3) socialização com os atores da iniciativa para retorno, edição e ajustes finais do documento de sistematização. O procedimento de trabalho juntamente com as organizações da iniciativa, permitiu contar com as vozes dos atores e reconstruir, a partir de seus relatos, a linha do tempo e os principais elementos que identificam as experiências como inovadoras no tema agroecologia e alimentos resilientes ao clima (Juarez, 2021). Em todos os casos, foi realizada busca e sistematização de insumos das diferentes organizações integrantes da experiência, além da leitura exaustiva dos materiais disponíveis sobre a iniciativa. Posteriormente, com base nas informações coletadas, foram realizadas entrevistas para aprofundar a experiência com os atores e atores envolvidos. Por fim, a sistematização foi enviada às organizações de referência para socialização, retorno e encerramento do processo.

PUBLICAÇÃO

Metodologia, Elaboração e Texto

Paula Juarez

Edição e Revisão

Esther Martins, Gabriel Seghezze e Juliana Lira

Tradução

MF Traducciones

Projeto Gráfico

André Ramos [AR Design]

EQUIPE PROJETO DAKI-SEMIÁRIDO VIVO

Coordenação Geral e Coordenação Semiárido Brasileiro

Antonio Barbosa

Coordenação Grande Chaco Americano

Gabriel Seghezze

Coordenação Corredor Seco da América Central

Ismael Merlos

Gerência de Sistematização de Experiências

Esther Martins

Gerência de Formação

Rodica Weitzman

Gerência de Monitoramento e Avaliação

Eddie Ramirez

Gerência de Comunicação

Verônica Pragana

Acompanhamento técnico, metodológico e de conteúdo

Júlia Rosas e Maitê Maronhas

Apoio Administrativo

Maitê Queiroz

Equipe de Monitoramento e Avaliação

Aníbal Hernandez e Daniela Silva

Equipe de Comunicação

Daniela Savid, Florencia Zampar e Nathalie Trabanino



Proyecto ejecutado por



Financiado por



Investindo nas populações rurais